

## **Percepção e prática da literacia financeira entre microempreendedores individuais (MEIs) do norte de Pernambuco**

*Sheilla Michelly Francisca Ferreira  
Irys Camilly Florêncio da Silva  
Mariane Bezerra Nóbrega  
Wilson Carlos Silva Alves de Souza*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a possível lacuna entre a percepção e a prática da literacia financeira entre microempreendedores individuais atuantes nos municípios de Igarassu/PE e Itapissuma/PE. A pesquisa, de natureza quantitativa e caráter descritivo, utilizou como instrumento um questionário estruturado aplicado a 63 empreendedores locais, contemplando aspectos sociodemográficos, situação financeira pessoal, nível de literacia financeira, características da empresa e práticas de gestão. Os resultados indicaram que, embora a maioria dos participantes apresente hábitos pessoais de planejamento e poupança, persistem fragilidades significativas no âmbito empresarial, como a ausência de plano de negócios, a baixa utilização de demonstrações contábeis e a mistura entre finanças pessoais e empresariais. Evidenciou-se também um conhecimento parcial sobre conceitos fundamentais, como juros compostos e risco-retorno, o que limita a tomada de decisão estratégica. Constatou-se, portanto, uma lacuna entre o que os microempreendedores dizem perceber como importante e o que de fato aplicam em seus negócios, revelando desafios para a consolidação da gestão financeira. A pesquisa contribui para o debate acadêmico e prático ao destacar essa discrepância, reforçando a importância de ações de capacitação acessíveis e contextualizadas que ajudem a transformar percepções positivas em práticas consistentes.

**Palavras-Chave:** Literacia financeira; Educação financeira; Microempreendedores individuais; Percepção e prática; Gestão de microempresas.

## 1. Introdução

A literacia financeira pode ser compreendida como um conjunto de competências que abrange dimensões matemáticas e econômicas essenciais para o cotidiano, permitindo ao indivíduo aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes na gestão consciente dos recursos, promovendo decisões financeiras autônomas e responsáveis (Dias & Olguin, 2024). A OECD (2023) destaca que a educação financeira é essencial ao bem-estar e resiliência econômica.

Quando aplicada ao contexto do microempreendedorismo, essa competência se torna ainda mais relevante para a sustentabilidade dos pequenos negócios. Instituídos pela Lei Complementar nº 128/2008, os Microempreendedores Individuais (MEIs) representam uma estratégia relevante de inclusão produtiva, ao possibilitar a formalização de negócios, contribuindo para a geração de emprego, renda e dinamização da economia local.

No entanto, muitos desses microempreendedores ainda carecem das competências financeiras básicas necessárias à boa gestão de seus negócios. Silva e Camisassa (2025, p. 8) destacam que “a educação financeira é necessária na capacitação dos Microempreendedores Individuais para gerenciar eficazmente suas finanças e garantir a sustentabilidade de seus negócios”. Apesar da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), criada em 2010, a participação efetiva dos MEIs em programas de capacitação financeira ainda é limitada. Essa lacuna revela a necessidade de ações mais direcionadas, contextualizadas e acessíveis, considerando as especificidades e desafios enfrentados por esse público.

Os MEIs representam mais de 70% das empresas abertas no Brasil, mas 29% encerram atividades antes de cinco anos, sobretudo por falhas de gestão (Sebrae, 2023). A falta de conhecimentos sobre orçamento, controle de fluxo de caixa, precificação e planejamento financeiro contribui para a fragilidade desses microempreendimentos. Problemas como a confusão entre finanças pessoais e empresariais, a ausência de planejamento de longo prazo e a dificuldade em compreender conceitos como capital de giro e lucratividade continuam sendo obstáculos recorrentes à sustentabilidade desses negócios (Sebrae, 2022a).

Frente a esses desafios, diversas instituições vêm atuando para oferecer suporte aos MEIs no campo da educação financeira. Entidades do Sistema S, como o SENAC e o SENAI, oferecem capacitações voltadas à gestão, com foco em precificação e controle de custos (SENAC, 2023). Além disso, bancos públicos oferecem aos MEIs serviços como contas digitais especializadas, microcrédito orientado, e programas de capacitação. (Banco do Brasil, s.d.; Caixa Econômica Federal, 2024).

A relevância desta pesquisa reside na urgência de promover a capacitação financeira no contexto do microempreendedor individual, contribuindo não apenas para a permanência desses empreendimentos no mercado, mas também para o fortalecimento do tecido socioeconômico brasileiro. Também se pretende fornecer subsídios práticos e teóricos que orientem políticas públicas e ações educativas mais eficazes, capazes de fortalecer o empreendedorismo de base e promover maior equidade econômica no país. Os resultados podem identificar as dimensões prioritárias capazes de orientar políticas e intervenções públicas voltadas ao fortalecimento dos MEIs.

Embora haja esforços relevantes de apoio ao microempreendedor, ainda são escassas as pesquisas acadêmicas que analisam de forma aprofundada a literacia financeira entre os MEIs. A maior parte das investigações concentra-se em grandes empresas ou adota abordagens

generalistas, negligenciando as especificidades do microempreendedor individual, que compõem uma fatia expressiva do tecido produtivo nacional.

Diante desse contexto, a questão desta pesquisa é: De que forma a literacia financeira é percebida e praticada por microempreendedores individuais de Igarassu/PE e Itapissuma/PE? Este trabalho tem como objetivo analisar a possível lacuna entre a percepção e a prática da literacia financeira entre microempreendedores individuais atuantes nos municípios de Igarassu/PE e Itapissuma/PE.

## 2. Fundamentação teórica

### 2.1. Literacia Financeira e Microempreendedores Individuais (MEIs)

A literacia financeira constitui um conceito central para compreender o comportamento econômico dos indivíduos e promover a saúde financeira, tanto em nível pessoal quanto empresarial. Para Zaimovic et al. (2023), ela pode ser entendida como a integração de conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos que possibilitam ao indivíduo tomar decisões financeiras mais conscientes e adequadas, favorecendo escolhas racionais e a busca pelo bem-estar econômico. Essa perspectiva evidencia que a literacia financeira não se limita ao domínio de conceitos técnicos, mas envolve sobretudo a aplicação prática desses saberes na gestão eficiente dos recursos, aspecto essencial para a consolidação e permanência dos empreendimentos de MEIs.

Dias e Olguin (2024) reforçam que a literacia financeira abrange dimensões matemáticas e econômicas aplicadas à realidade cotidiana, permitindo ao indivíduo atuar com autonomia, responsabilidade e segurança na administração dos próprios recursos. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2023) classifica a literacia financeira em três dimensões principais: conhecimento, atitude e comportamento. A dimensão do conhecimento refere-se à compreensão de conceitos e produtos financeiros básicos, como juros, inflação, risco e diversificação (Louzada & Forte, 2024). A dimensão da atitude está relacionada à motivação e à disposição para aplicar esse conhecimento, englobando fatores como planejamento financeiro e percepção de autoeficácia. Já o comportamento financeiro corresponde às ações práticas adotadas, como controlar gastos, poupar, investir e evitar o endividamento excessivo (OECD, 2023).

Complementando essa abordagem, Corcino et al. (2022) destacam que a educação financeira exerce influência positiva sobre a motivação empreendedora e a gestão do crédito, promovendo práticas mais conscientes entre micro e pequenos empreendedores. De forma convergente, Louzada e Forte (2024) ressaltam que características cognitivas, como atenção, retenção de informações e raciocínio lógico, são fundamentais para a compreensão e a aplicação eficaz dessas três dimensões.

No contexto brasileiro, a baixa literacia financeira ainda representa um obstáculo relevante à estabilidade econômica, inclusive entre os MEIs. Os MEIs representam uma das estratégias mais relevantes para a formalização de pequenos negócios no Brasil. Essa formalização não apenas fortalece a inclusão social, mas também contribui para a estabilidade e crescimento da economia local, movimentando cerca de R\$140 bilhões anualmente, segundo dados do Sebrae (2023). Além de sua importância econômica, os MEIs desempenham um papel

fundamental na geração de emprego e renda, sendo a principal fonte de sustento para 94% desses empreendedores (Sebrae, 2023). As atividades abrangidas, que vão de serviços domésticos a confecção e alvenaria, exemplificam a diversidade e abrangência deste segmento no tecido produtivo nacional.

Entretanto, apesar das facilidades para a formalização, os MEIs enfrentam desafios significativos relacionados à gestão financeira, que comprometem sua sustentabilidade a médio e longo prazo. De acordo com Figueiredo et al. (2023), a instabilidade do mercado somada a fatores como ausência de conhecimentos de gestão, limitações de capital de giro e fragilidades em marketing e vendas contribuem para a mortalidade precoce de muitos empreendimentos. A má gestão financeira e a ausência de planejamento são os principais fatores que contribuem para esse quadro (Mendonça et al., 2024). Dias e Silva (2023) identificaram que a maioria das microempresas não realiza qualquer tipo de controle financeiro formal, o que amplia os riscos de inadimplência e falência. O déficit de conhecimentos financeiros está associado à adoção de estratégias inadequadas, aumento do endividamento, ausência de organização orçamentária e limitação da capacidade de investimento, elementos que comprometem a sustentabilidade dos pequenos negócios (Negri, Silva & Mendes, 2023).

A ausência da separação entre finanças pessoais e empresariais, a falta de registros adequados de receitas e despesas, além da dificuldade em elaborar um planejamento financeiro estratégico, são entraves recorrentes que agravam a vulnerabilidade desses negócios (Silva & Camisassa, 2025). A educação financeira é crucial para o desenvolvimento dessas competências, uma vez que prepara os MEIs para enfrentar desafios cotidianos como a precificação adequada, o controle de custos e a reserva de recursos para emergências (Dias & Olguin, 2024; Silva & Camisassa, 2025).

Além disso, Santos, Santos e Costa (2022) ressaltam que a pandemia de COVID-19 evidenciou a vulnerabilidade dos microempreendedores, principalmente quanto à necessidade de adaptação e aquisição de competências financeiras. Em contraste, MEIs com maior domínio sobre práticas de gestão financeira apresentaram melhor controle do fluxo de caixa, maior capacidade de análise de custos e decisões mais estratégicas, o que favoreceu a continuidade e o fortalecimento de seus negócios (Canuto et al., 2025).

A integração de conhecimentos técnicos com mudanças de atitude e práticas financeiras conscientes pode reduzir o risco de falência precoce e contribuir para a consolidação desses empreendimentos, promovendo sua inclusão produtiva e o fortalecimento da economia local (Silva & Camisassa, 2025). Nesse contexto, Corcino et al. (2022) ressaltam que, em micro e pequenas empresas, a forma como os gestores administram suas finanças pessoais tende a refletir diretamente na gestão do negócio, o que influencia sua saúde financeira e pode afetar a motivação de continuar a empreender. Esse cenário é ainda mais evidente entre os microempreendedores individuais, em que os hábitos pessoais frequentemente se confundem com a gestão empresarial, comprometendo sua permanência no mercado.

Investir em educação financeira torna-se essencial, pois favorece práticas de gestão mais estruturadas, amplia as chances de sobrevivência e contribui para o crescimento econômico de maneira mais ampla (Graczkowski & Pereira, 2021). Ao ampliar o acesso ao conhecimento financeiro, promove-se o empoderamento dos microempreendedores, reduzindo sua vulnerabilidade econômica e aumentando sua capacidade de atuação no mercado (Zaimovic et al., 2023; Corcino et al., 2022).

Apesar da existência de estratégias como a ENEF, sua efetividade entre os MEIs ainda é limitada, sobretudo devido às barreiras de acesso e à falta de programas contextualizados para as especificidades desse público (Degliesposti, 2024). Ainda há limitações importantes quanto ao alcance e à efetividade dos programas, especialmente em regiões periféricas e entre empreendedores com menor escolaridade. Tais barreiras comprometem os resultados esperados e evidenciam a necessidade de estratégias mais inclusivas e contextualizadas (Degliesposti, 2024; Dias & Olguin, 2024). Tal cenário evidencia a necessidade de políticas públicas e iniciativas educacionais mais direcionadas e inclusivas, que considerem as características comportamentais, cognitivas e socioeconômicas dos microempreendedores (Louzada & Forte, 2024).

## 2.2. Evidências empíricas

Diversos estudos empíricos, tanto nacionais quanto internacionais, têm analisado a literacia financeira entre micro e pequenos empreendedores. No contexto brasileiro, Silva e Camisassa (2025) mostram que a educação financeira é determinante para a sobrevivência de micro e pequenas empresas, ao favorecer práticas de planejamento estratégico, controle do fluxo de caixa e decisões de investimento mais conscientes. Em estudo semelhante, Mendonça et al. (2024) identificaram que microempresas que não adotam registros formais de receitas e despesas apresentam maior vulnerabilidade à inadimplência e à falência.

Canuto et al. (2025), ao investigarem microempreendedores de municípios brasileiros, constataram que a ausência de conhecimentos sobre precificação e capital de giro compromete diretamente a rentabilidade e a sustentabilidade dos negócios. Binda (2021), em um estudo com MEIs de Aimorés/MG, constatou que a falta de planejamento financeiro constitui um dos principais fatores de fragilidade nos primeiros anos de atividade. De forma complementar, Silva e Andrade (2021), em pesquisa com microempreendedores individuais do setor de comércio de São Mateus/ES, identificaram que as principais dificuldades na condução do negócio são a falta de crédito e a concorrência acirrada, além de aspectos como falta de planejamento e controle financeiro. Esses resultados evidenciam que a vulnerabilidade das microempresas não se limita apenas ao porte, mas está ligada a limitações estruturais de gestão e ao ambiente.

Em nível internacional, Finaldi Russo et al. (2022), em pesquisa realizada na Itália, identificaram que microempreendedores apresentam níveis de literacia financeira inferiores aos da população em geral, limitando sua capacidade de acessar crédito e planejar investimentos. Calcagno et al. (2024) mostram que empreendedores com maior literacia financeira têm maior probabilidade de solicitar empréstimos, reduzindo o fenômeno dos “empreendedores desencorajados”, embora esse conhecimento não influencie diretamente a aprovação do crédito. De forma convergente, Ricci e Santilli (2024) observaram que empreendedores mais instruídos financeiramente tendem a contratar seguros de lucros cessantes, evidenciando uma postura de gestão de risco mais madura. Adicionalmente, Rizki e Hendarman (2024), em estudo com microempreendedores em Bandung (Indonésia), mostraram que iniciativas de literacia financeira e digital fortalecem a resiliência empresarial, promovendo práticas mais estratégicas de gestão e adaptação a crises.

Revisões sistemáticas também apontam a importância da literacia financeira para micro e pequenas empresas. Molosiwa e Holland (2025), abrangendo estudos publicados entre 2016 e 2024, concluíram que a literacia financeira influencia significativamente o desempenho organizacional, promovendo melhorias em orçamento, gestão de dívidas, decisões de investimento e adoção de soluções tecnológicas, como *fintechs*. De forma comparativa, Daskalakis (2025), analisando dados de 13 países, constatou que, embora os níveis de literacia financeira variem amplamente entre micro e pequenos empreendedores, existe uma correlação positiva consistente entre maior literacia e melhor desempenho empresarial.

### 3. Método de pesquisa

No que diz respeito à caracterização da pesquisa, quanto à natureza, este estudo se caracteriza como quantitativo. Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas fechadas em escala ordinal e múltipla escolha, com o objetivo garantir a padronização das respostas, permitindo uma análise quantitativa sistematizada e comparativa dos dados obtidos. O questionário estruturado foi elaborado com base em estudos anteriores sobre literacia financeira de microempresas (Klapper, Lusardi & Oudheusden, 2015; Almeida, 2019; Silva, 2022). O tempo de resposta foi de aproximadamente 20 a 30 minutos.

O questionário foi composto por 30 questões fechadas, distribuídas em cinco seções: (i) questões sociodemográficas, para caracterizar o perfil dos respondentes; (ii) situação financeira pessoal, abordando hábitos de consumo, poupança e investimentos; (iii) literacia financeira, com questões que avaliaram o nível de conhecimento e segurança dos participantes em relação às finanças pessoais; (iv) dados da empresa, com foco em características estruturais e financeiras; e (v) comportamento financeiro empresarial, voltado à identificação de práticas de gestão financeira, uso de instrumentos contábeis e decisões de crédito e investimento.

Quanto à caracterização da amostra, a população-alvo deste estudo é composta por microempreendedores individuais (MEIs) atuantes nas cidades de Igarassu/PE e Itapissuma/PE. A amostra foi composta por 63 respondentes, sendo 48 localizadas em Igarassu (76,2%) e 15 em Itapissuma (23,8%). Essa distribuição reflete a maior densidade empresarial de Igarassu, que segundo dados do IBGE (2022), possui mais que o dobro da população de Itapissuma, o que amplia naturalmente o número de MEIs e pequenos negócios.

No que se refere ao ramo de atividade, as empresas objeto de análise pertencem aos setores de vestuário e acessórios (39,7%), alimentícios (22,2%), beleza (19%), construção (1,6%), variedades (3,2%), gráficas (3,2%), artigos para o lar (1,6%), lava a jato (1,6%), informática (1,6%), rações e cereais (1,6%), utilidades domésticas (1,6%), hortifruti (1,6%) e confeitaria (1,6%). Destacam-se os setores de vestuário e acessórios, alimentos e beleza, que, juntos respondem por mais de 80% da amostra, evidenciando concentração em atividades ligadas ao comércio e serviços de consumo cotidiano. Esses ramos também figuram entre os mais comuns no perfil nacional dos MEIs, conforme dados do IBGE (2022) e do Sebrae (2023).

A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho e julho de 2025, por meio de aplicação presencial de questionários estruturados. A seleção dos participantes se deu por amostragem por conveniência, ou seja, foram incluídos os empreendedores que se encontravam disponíveis no momento da abordagem e aceitaram participar voluntariamente. O instrumento

foi aplicado de forma face a face, após breve explicação sobre os objetivos do estudo e garantia de confidencialidade das respostas.

## 4. Resultados

### 4.1. Caracterização sociodemográfica da amostra

A amostra foi composta majoritariamente por mulheres (79,4%), predominando jovens de 21 a 30 anos (47,6%), seguidos por participantes entre 31 e 50 anos (41,2%). Quanto ao estado civil, prevaleceram solteiros (46%) e casados (39,7%). Em termos de escolaridade, destacou-se o ensino médio completo (54%), seguido do ensino superior incompleto (27%) e completo (14,3%). Esse perfil converge com dados nacionais, que apontam crescimento do empreendedorismo feminino e a predominância de jovens adultos entre os MEIs (Sebrae, 2023; IBGE, 2022).

Quanto à experiência de trabalho, 46% atuam entre 1 e 5 anos, 34,9% há mais de 10 anos e 9,5% em cada uma das faixas de menos de 1 ano e de 6 a 10 anos. Na gestão de negócios, 58,7% exercem a função há 1 a 5 anos, 12,7% há menos de 1 ano, 12,7% entre 6 e 10 anos e 15,9% há mais de 10 anos. Esses resultados indicam um perfil de microempreendedores relativamente jovens, com escolaridade concentrada no ensino médio e trajetória empresarial ainda recente. Tal configuração está em linha com o GEM (2022), que aponta que a maioria dos novos empreendedores brasileiros inicia suas atividades entre 25 e 34 anos e possui escolaridade média, e com o Sebrae (2023), segundo o qual a maior parte dos MEIs se concentra nos primeiros anos de atividade, reforçando o caráter de negócios em consolidação.

A literatura indica que variáveis demográficas, como idade, gênero e escolaridade, influenciam diretamente as decisões financeiras e, por consequência, a gestão de pequenas empresas (Silva, Forte & Oliveira, 2022). Na amostra, a predominância feminina dialoga com relatórios nacionais que apontam o avanço das mulheres no empreendedorismo, sobretudo em setores de consumo como moda, alimentação e beleza (Sebrae, 2023). A concentração etária entre 21 e 30 anos reforça o perfil de jovens adultos em busca de oportunidades, em consonância com o GEM (2022), que mostra maior presença de empreendedores iniciais entre 25 e 34 anos. Já a prevalência do ensino médio como nível de escolaridade sugere limitação de acesso a conteúdos técnicos mais aprofundados, o que pode afetar a gestão empresarial, mas também confirma a tendência do empreendedorismo por necessidade identificada em outros estudos (Mendonça et al., 2024).

### 4.2. Situação financeira pessoal

Esta seção buscou compreender os hábitos de consumo, poupança e investimentos dos respondentes. Esses aspectos da vida financeira individual são relevantes porque, como destaca Lusardi e Messy (2023), o comportamento financeiro pessoal influencia diretamente a capacidade de gestão de recursos no ambiente empresarial.

O Gráfico 1 apresenta os resultados referentes ao planejamento de compras dos microempreendedores. Já o Gráfico 2 apresenta os resultados referentes à elaboração de orçamento e ao acompanhamento dos gastos para controle da situação financeira pessoal.



Gráfico 1. Comportamento do consumidor em relação ao planejamento de compras.

Fonte: Dados de pesquisa.

Gráfico 2. Conhecimento e práticas em relação ao orçamento e controle de gastos.

Fonte: Dados de pesquisa.

A análise do Gráfico 1 evidencia uma predominância de um comportamento de consumo planejado. Em contraste, apenas uma minoria declarou não planejar ou planejar raramente (9,6%), enquanto 12,7% situam-se em posição intermediária, tentando se organizar, mas ainda cedendo a gastos supérfluos. Essa predominância de planejamento reforça a ideia de que microempreendedores da amostra tendem a adotar práticas de controle financeiro pessoal, o que pode influenciar positivamente a gestão de seus negócios. Estudos como os de Lusardi e Messy (2023) apontam que o hábito de planejar despesas é um dos principais indicadores de literacia financeira, sendo fundamental para evitar endividamento e garantir sustentabilidade de longo prazo. Porém, a relação direta entre o hábito pessoal e o sucesso de um negócio é complexa e exige uma investigação mais aprofundada.

O Gráfico 2 mostra que a maioria (65,1%) já possui algum contato com práticas de orçamento, seja em nível básico ou em fase de aprendizado. Em contrapartida, quase um quarto dos participantes evidencia fragilidade ao admitir que nunca pensou no tema ou não sabe por onde começar. Apenas 11,1% apresentam conhecimento sólido e atualizado, o que confirma a carência de maior consolidação na gestão financeira pessoal. Esse resultado contrasta com dados nacionais do Banco Central do Brasil (2021) e OECD (2023), que apontam níveis mais baixos de domínio, sugerindo possível superestimação dos respondentes. Tal discrepância pode estar associada ao Efeito Dunning-Kruger ou ao viés de deseabilidade social. O primeiro ocorre quando indivíduos com baixa competência em uma área superestimam suas próprias

habilidades, enquanto aqueles com alta competência tendem a subestimá-las, não por modéstia, mas porque assumem que a tarefa é igualmente fácil para todos. Já o viés de desejabilidade social refere-se à tendência de responder de forma a agradar ou atender expectativas sociais, em vez de expressar opiniões ou comportamentos reais. Nesse sentido, embora os dados revelem contato relevante com o orçamento, é plausível que a prática cotidiana seja inferior ao declarado.

O Gráfico 3 se refere à regularidade do hábito de poupança entre os empreendedores, enquanto o Gráfico 4 indica se o MI tem o hábito de manter liquidez para eventualidades.

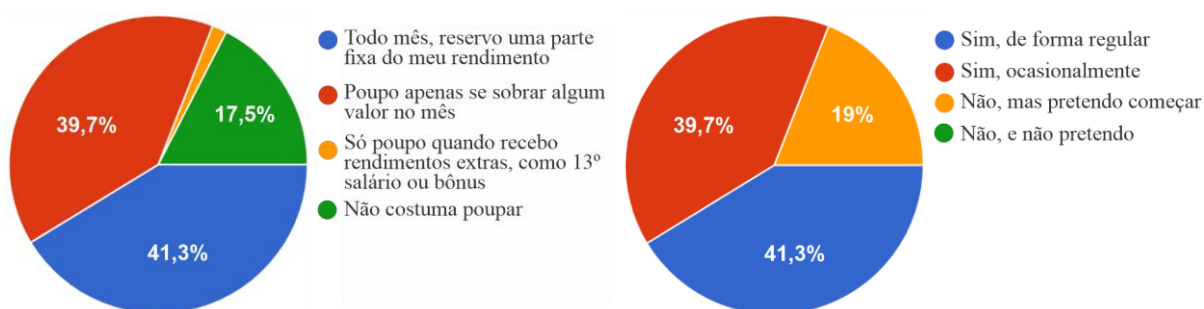


Gráfico 3. Regularidade do hábito de poupança entre os microempreendedores.

Fonte: Dados de pesquisa.

Gráfico 4. Hábito de manter liquidez para eventualidades.

Fonte: Dados de pesquisa.

O Gráfico 3 indica que a maioria dos participantes possui algum hábito de poupança, ainda que com diferentes níveis de regularidade. Destaca-se que 41,3% pouparam mensalmente uma parte fixa da renda, refletindo maior organização financeira, enquanto 39,7% o fazem apenas quando há sobra de recursos, revelando vulnerabilidade a imprevistos. Já 17,5% não têm o hábito de poupar e 1,6% só pouparam a partir de rendimentos adicionais, sinalizando que a prática ainda não está incorporada ao orçamento mensal. Esses resultados evidenciam que, embora exista um grupo de consumidores financeiramente conscientes, uma parcela significativa mantém práticas pouco regulares, o que reforça a necessidade de educação e incentivo ao planejamento financeiro pessoal.

O Gráfico 4 mostra que 41,3% dos participantes mantêm regularmente dinheiro reservado para imprevistos, demonstrando disciplina e capacidade de planejamento. Outros 39,7% o fazem apenas ocasionalmente, o que revela maior vulnerabilidade em situações emergenciais. Já 19% ainda não possuem esse hábito, mas pretendem adotá-lo, e nenhum participante afirmou não ter intenção de poupar. Esses resultados sugerem que, embora exista

um grupo relevante com práticas consolidadas de reserva financeira, ainda há espaço para fortalecer a conscientização sobre a importância da liquidez e do planejamento para eventualidades.

O Gráfico 5 apresenta os resultados referentes ao comportamento em relação a investimentos dos microempreendedores. Já o Gráfico 6 mostra resiliência diante de despesas inesperadas.



Gráfico 5. Comportamento em relação a investimentos.

Fonte: Dados de pesquisa.

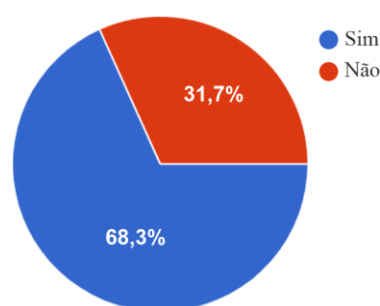


Gráfico 6. Resiliência diante de despesas inesperadas.

Fonte: Dados de pesquisa.

O Gráfico 5 evidencia que 60,3% dos respondentes não realizam investimentos, atualmente, mas pretendem começar. Apenas 19% afirmaram investir de forma regular, enquanto 14,3% dizem realizar aplicações de maneira ocasional. Destaca-se que apenas 6% não investem nem demonstram intenção de investir. Esses resultados evidenciam que, embora haja predisposição e interesse em investir, a prática efetiva ainda não está consolidada para a maioria dos investigados. Sob a ótica da literacia financeira, esse cenário sugere que parte significativa carece de conhecimentos, habilidades e segurança para converter a intenção em ação. Barreiras como ausência de planejamento, desconhecimento acerca de produtos de investimento e a aversão ao risco podem explicar a baixa efetividade no comportamento de investimento. Tais achados reforçam a necessidade de ações de educação financeira que incentivem não apenas a compreensão teórica, mas também a adoção de hábitos consistentes de poupança e investimento, alinhados à realidade dos MEIs.

No que se refere a despesas inesperadas, o Gráfico 6 mostra que 68,3% dos respondentes afirmaram conseguir arcar com um gasto equivalente a um mês de renda sem recorrer a empréstimos ou ajuda de terceiros, enquanto 31,7% não teriam essa capacidade. Esses resultados indicam que a maioria possui alguma reserva ou margem financeira, elemento central

da resiliência financeira. Sob a ótica da literacia financeira, contudo, o fato de quase um terço não estar preparado para enfrentar uma emergência dessa magnitude evidencia vulnerabilidade econômica e reforça a importância de estimular a formação de reservas de emergência, fundamentais para evitar endividamento e assegurar estabilidade no longo prazo.

### 4.3. Literacia financeira

O Gráfico 7 fala sobre a contribuição da formação acadêmica para a gestão financeira dos MEIs.

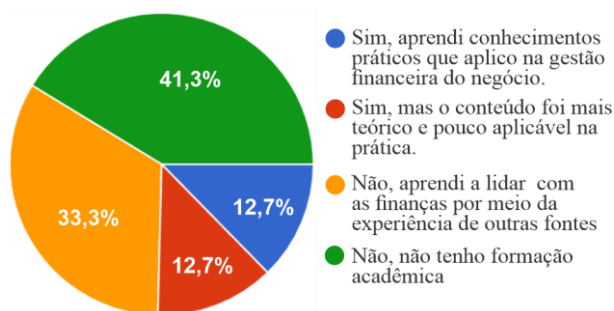


Gráfico 7. Contribuição da formação acadêmica para a gestão financeira dos empreendedores.

Fonte: Dados de pesquisa.

O Gráfico 7 mostra que 41,3% dos participantes não possuem formação acadêmica e 33,3% aprenderam a lidar com finanças pela experiência ou por outras fontes. Já 12,7% relatam ter adquirido conhecimentos práticos aplicáveis e outros 12,7% consideram que a formação acadêmica foi excessivamente teórica. Evidencia-se um distanciamento entre teoria e prática e a necessidade de abordagens mais aplicadas em educação financeira.

O Gráfico 8 apresenta o perfil de interesse e conhecimento sobre investimentos, e, por sua vez, o Gráfico 9 evidencia a segurança dos empreendedores em relação aos conhecimentos financeiros.

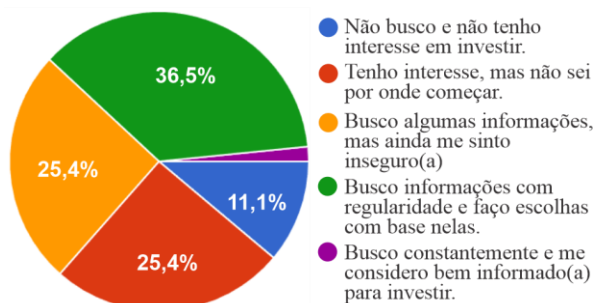


Gráfico 8. Perfil de interesse e conhecimento sobre investimentos.  
 Fonte: Dados de pesquisa.

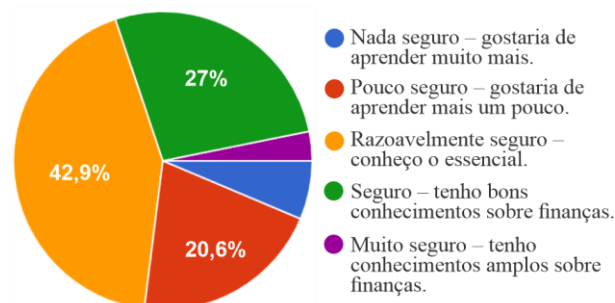


Gráfico 9. Segurança dos microempreendedores em relação aos conhecimentos financeiros.  
 Fonte: Dados de pesquisa.

No Gráfico 8, observa-se que 36,5% dos participantes buscam informações regularmente e tomam decisões a partir delas. Outros 25,4% se sentem inseguros, mesmo buscando informações, e igual percentual tem interesse, mas não sabe por onde começar, revelando a necessidade de orientações mais claras e acessíveis. Além disso, 11,1% não mostram interesse em investir e apenas uma pequena fração se considera bem informada e em constante busca por novos conhecimentos. Esses resultados evidenciam que, embora o interesse por investimentos esteja crescendo, persistem lacunas significativas de educação financeira, sobretudo entre os iniciantes e os inseguros em suas escolhas.

O Gráfico 9 mostra que 42,9% dos respondentes se sentem razoavelmente seguros, afirmando conhecer o essencial sobre finanças, enquanto 27% se consideram seguros, com bons conhecimentos. Já 20,6% dizem estar pouco seguros, 6,3% não se sentem nada seguros e 3,2% se declaram muito seguros, com conhecimentos amplos. Esses resultados indicam que a maioria diz possuir um nível básico intermediário de segurança no gerenciamento financeiro, evidenciando espaço para fortalecimento da literacia financeira e maior aprofundamento prático.

O Gráfico 10 apresenta os resultados referentes ao conhecimento dos microempreendedores sobre as taxas de juros de seus investimentos ou empréstimos, enquanto o Gráfico 11 mostra o entendimento desses microempreendedores a respeito dos juros compostos e do crescimento do capital.

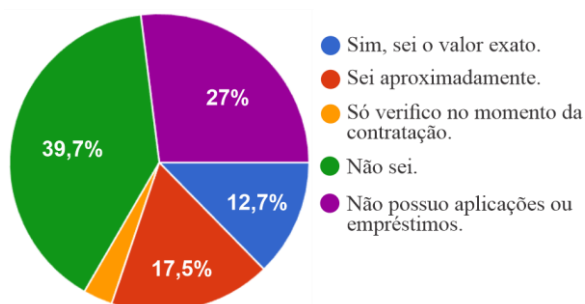


Gráfico 10. Conhecimento sobre taxas de juros dos seus investimentos ou empréstimos.

Fonte: Dados de pesquisa.

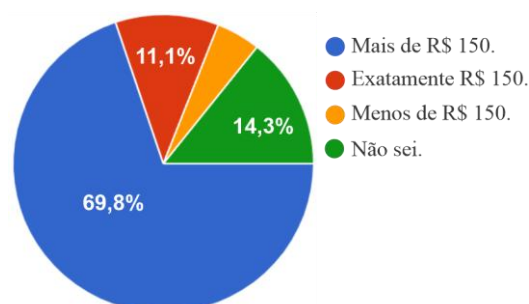


Gráfico 11. Entendimento dos microempreendedores sobre juros compostos e crescimento do capital.

Fonte: Dados de pesquisa.

O Gráfico 10 mostra que 39,7% dos respondentes não sabem o valor das taxas de juros de seus investimentos ou empréstimos, revelando uma lacuna significativa de literacia financeira. Além disso, 27% não possuem aplicações ou empréstimos, enquanto apenas 12,7% sabem o valor exato e 17,5% aproximadamente, indicando que uma minoria exerce controle efetivo sobre suas finanças. Esses resultados reforçam a necessidade de ações de educação financeira que promovam maior autonomia e participação consciente no mercado.

O Gráfico 11 revela que 69,8% identificaram corretamente o efeito dos juros compostos em um investimento hipotético, enquanto 14,3% declararam não saber a resposta, 11,1% acreditaram que o valor final seria exatamente R\$150 e 4,8% consideraram que seria menor. Embora a maioria possua noções básicas sobre rendimentos acumulados, uma parcela relevante ainda confunde juros simples e compostos, o que pode comprometer decisões financeiras em investimentos, financiamentos e planejamento de longo prazo. Isso reforça a importância de programas de educação financeira que consolidem a compreensão de conceitos fundamentais de matemática financeira.

O Gráfico 12 elucida a compreensão da relação entre risco e retorno nos investimentos. O Gráfico 13, por sua vez, se refere às respostas sobre a percepção dos MEIs sobre o risco dos diferentes tipos de investimento.

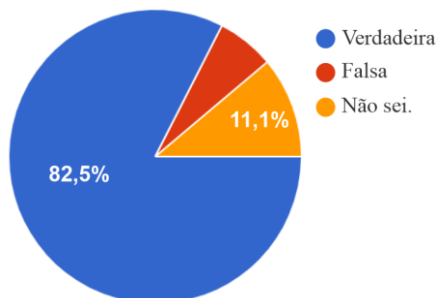


Gráfico 12. Compreensão da relação entre risco e retorno nos investimentos.

Fonte: Dados de pesquisa.

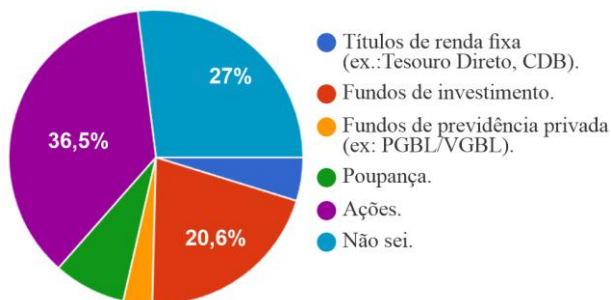


Gráfico 13. Percepção dos microempreendedores sobre o risco dos diferentes tipos de investimento.

Fonte: Dados de pesquisa.

O Gráfico 12 mostra que 82,5% dos participantes reconhecem a relação entre alto retorno e alto risco nos investimentos, enquanto 11,1% não souberam responder e 6,3% consideraram a afirmação falsa. Esses resultados indicam que a maioria compreende um princípio básico do mercado financeiro, embora persista uma parcela que demonstra desconhecimento, o que pode levar a decisões equivocadas — seja pela subestimação dos riscos, seja pela aversão excessiva a oportunidades.

No Gráfico 13, 36,5% identificaram corretamente as ações como o investimento de maior variação de preço ao longo do tempo. Porém, 27% afirmaram não saber, e uma parcela significativa apresentou percepções equivocadas. Embora parte dos empreendedores demonstre noção correta sobre ativos de renda variável, ainda há considerável desconhecimento e distorção conceitual quanto às características básicas dos diferentes produtos financeiros.

#### 4.4. Dados da empresa

O Gráfico 14 apresenta os resultados referentes ao ano de fundação das empresas, enquanto o Gráfico 15 mostra o número de colaboradores.

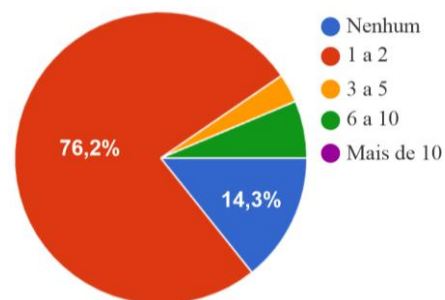
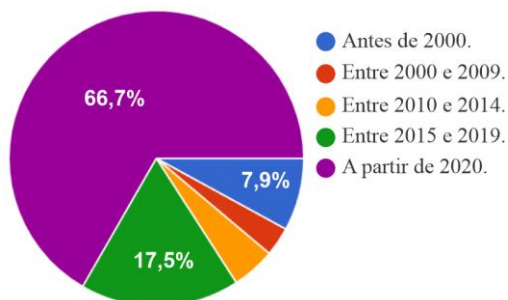


Gráfico 14. Ano de criação da empresa.

Fonte: Dados de pesquisa.

Gráfico 15. Quantidade de funcionários da empresa.

Fonte: Dados de pesquisa.

Quanto ao ano de criação, 66,7% das empresas foram abertas a partir de 2020, refletindo o crescimento recente do empreendedorismo, enquanto apenas 7,9% possuem mais de 20 anos. Esse dado acompanha a tendência nacional identificada pelo Sebrae (2023), que registrou recorde de formalização de MEIs durante a pandemia da Covid-19.

Em relação ao porte, 76,2% das empresas contam com apenas 1 a 2 pessoas (incluindo os proprietários), 14,3% não possuem funcionários além do dono e apenas uma minoria emprega entre 3 e 10 pessoas. Esse perfil confirma a predominância de microempreendimentos familiares ou individuais, característica típica dos MEIs no Brasil (Sebrae, 2022b).

O Gráfico 16 indica quantos dos microempreendedores respondentes elaboraram um plano de negócios no início da empresa.

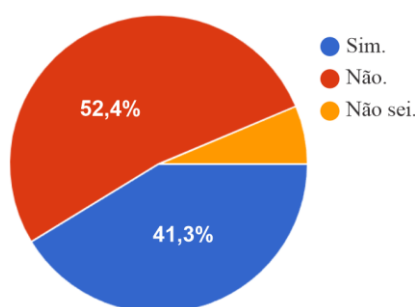


Gráfico 16. Elaboração do plano empresarial.

Fonte: Dados de pesquisa.

Verificou-se que 52,4% das empresas não elaboraram um plano de negócios no início de suas atividades, enquanto 41,3% afirmaram ter feito esse planejamento. A ausência de um plano inicial é um aspecto relevante, visto que o Sebrae (2022) identifica a falta de planejamento como um dos principais fatores associados à alta taxa de mortalidade de pequenos negócios no Brasil.

#### 4.5. Comportamento financeiro empresarial

O Gráfico 17 apresenta os resultados referentes ao uso de demonstrações contábeis pelos MEIs, ao passo que o Gráfico 18 evidencia a frequência de elaboração do fluxo de caixa por esses empreendedores.

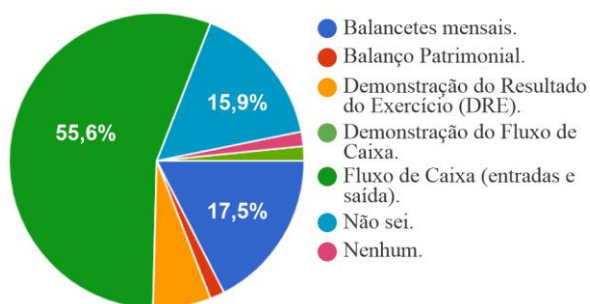


Gráfico 17. Uso de demonstrações contábeis pelos MEIs.

Fonte: Dados de pesquisa.

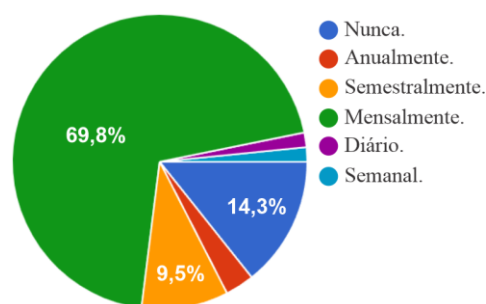


Gráfico 18. Frequência do fluxo de caixa pelos MEIs.

Fonte: Dados de pesquisa.

O Gráfico 17 mostra que a maioria dos microempreendedores (55,6%) utiliza o fluxo de caixa como principal ferramenta de acompanhamento, geralmente por meio de controles informais, enquanto apenas uma minoria recorre a instrumentos mais formais, como balancetes mensais (17,5%). Outros 15,9% ainda têm dúvidas sobre o que acompanhar, confirmando a dificuldade dos MEIs em adotar práticas estruturadas de gestão financeira. Isso confirma o que aponta a literatura nacional que a baixa formalização contábil enfraquece o planejamento e a qualidade das decisões (Silva & Camisassa, 2025; Mendonça et al., 2024; Dias & Silva, 2023).

Já o Gráfico 18 mostra que a maioria dos microempreendedores (69,8%) elabora mensalmente a previsão de fluxo de caixa da empresa, prática positiva de acompanhamento financeiro. Em contrapartida, 14,3% afirmaram nunca realizar esse tipo de controle, enquanto 9,5% o fazem semestralmente e percentuais menores distribuem-se entre as opções anual, semanal e diário. A parcela que não controla dialoga com a evidência de que muitos microempreendedores ainda carecem de rotinas financeiras básicas (Silva & Camisassa, 2025; Dias & Silva, 2023).

O Gráfico 19 apresenta os resultados referentes às práticas de ajuste de custo em função das oscilações de vendas. Já o Gráfico 20 evidencia o controle de fluxo de caixa utilizado para a gestão do capital de giro.

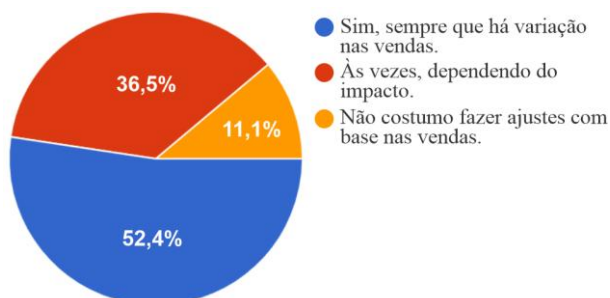


Gráfico 19. Práticas de ajuste de custos em função das oscilações de vendas.

Fonte: Dados de pesquisa.

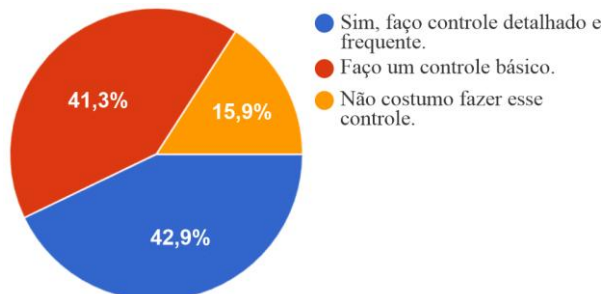


Gráfico 20. Controle do fluxo de caixa para gestão do capital de giro.

Fonte: Dados de pesquisa.

O Gráfico 19 mostra que 52,4% dos empreendedores afirmam sempre reavaliar os custos do negócio quando há variação nas vendas, revelando uma postura estratégica de gestão financeira. Esses resultados sugerem que, embora a maioria compreenda a importância de alinhar custos às oscilações de vendas, ainda há uma parcela que não adota a prática de forma sistemática. Esse achado reforça a necessidade de consolidar uma cultura de planejamento e monitoramento contínuo, conectando-se às lacunas apontadas por Canuto et al. (2025) sobre precificação e capital de giro de que quando esse conhecimento falta, a rentabilidade e a sustentabilidade ficam comprometidas.

O Gráfico 20 mostra que 42,9% dos microempreendedores realizam um controle detalhado e frequente do fluxo de caixa, prática essencial para assegurar capital de giro e viabilizar investimentos. Outros 41,3% mantêm apenas um controle básico, o que pode ser insuficiente para decisões estratégicas, enquanto 15,9% não realizam nenhum acompanhamento, revelando vulnerabilidade significativa na gestão financeira.

Esse panorama mostra que, embora quase metade dos MEIs adotem boas práticas de controle financeiro, ainda há uma parcela expressiva que mantém registros superficiais ou inexistentes. O predomínio de controles “básicos” confirma o que Mendonça et al. (2024) descrevem, sem registros consistentes, a empresa perde capacidade de planejar e de sustentar investimentos, elevando a vulnerabilidade operacional.

O Gráfico 21 apresenta os resultados referentes à separação entre finanças pessoais e empresariais pelos MEIs.



Gráfico 21. Separação entre finanças pessoais e empresariais pelos microempreendedores.

Fonte: Dados de pesquisa.

O Gráfico 21 mostra que 55,6% dos microempreendedores mantêm separação completa entre contas pessoais e empresariais, prática em consonância com o CPC 00 (R2), que reconhece a entidade como unidade distinta, cujas informações devem refletir exclusivamente seu patrimônio e desempenho (CPC, 2019, itens 3.8–3.9). Contudo, as respostas podem refletir vieses cognitivos, como o efeito Dunning-Kruger e o viés de deseabilidade social. Outros 17,5% afirmaram separar, mas com exceções, e 27% admitem misturar recursos, situação que contraria esse princípio e compromete o controle financeiro, o planejamento e até a conformidade legal e fiscal. A literatura evidenciada destaca a mistura de recursos como uma das principais fontes de descontrole, afetando diretamente o capital de giro e a sustentabilidade dos negócios.

O Gráfico 22 apresenta os resultados referentes à preferência dos microempreendedores por negociar com fornecedores, em vez de recorrer a empréstimos.

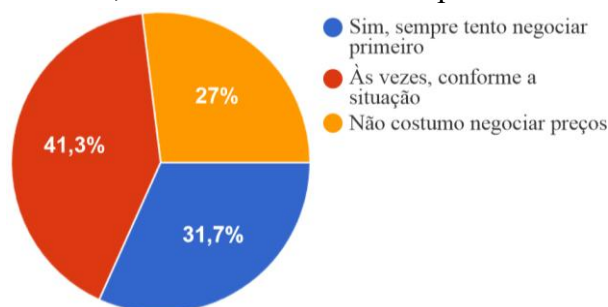


Gráfico 22. Preferência por negociar com fornecedores ao invés de solicitar empréstimos.

Fonte: Dados de pesquisa.

O Gráfico 22 mostra que 31,7% dos microempreendedores sempre negociam preços e prazos com fornecedores antes de recorrer a crédito, enquanto 41,3% o fazem apenas em algumas situações e 27% não negociam. A negociação sistemática reduz custos financeiros e fortalece o capital de giro, sendo prática associada à educação financeira aplicada. Onde ela não ocorre, persistem sinais de baixa maturidade na gestão.

Esse resultado converge com estudos que apontam a vulnerabilidade dos MEIs no poder de barganha. A Nota Técnica nº 22/2021 da Senacon/MJ reconhece que microempreendedores estão entre “os mais vulneráveis dentre a categoria de empresários”, sobretudo em crises, devido à dificuldade de negociar com grandes fornecedores e instituições financeiras.

## 5. Discussão

A análise dos hábitos pessoais mostra que os MEIs da amostra apresentam práticas relativamente mais estruturadas do que a média nacional: 65% elaboram algum tipo de orçamento, enquanto apenas 35% da população possui literacia financeira satisfatória (Banco Central, 2021). Ainda assim, 39,7% poupam apenas quando sobra recurso e 31,7% não têm reservas emergenciais, o que revela vulnerabilidade diante de choques externos (Santos, Santos & Costa, 2022) e reforça a importância de políticas públicas de educação financeira, em consonância com a ENEF. Essa defasagem entre consciência e prática é recorrente, como apontam Lusardi e Mitchell (2023), ao destacar que, em contextos de vulnerabilidade, o conhecimento raramente se traduz em ações consistentes.

Resultados semelhantes foram encontrados em outros contextos: no Espírito Santo, por exemplo, o acesso ao crédito foi apontado como o maior entrave (37%), seguido por falhas em marketing e fornecedores (Silva & Andrade, 2021). Tais evidências dialogam com os achados desta pesquisa, que indicam baixa diversificação das fontes de financiamento e dificuldades recorrentes na gestão. Apesar de muitos reconhecerem conceitos como juros compostos e risco-retorno, a aplicação prática permanece limitada, confirmando o caráter fragmentado da literacia financeira dos microempreendedores brasileiros (Silva & Camisassa, 2025). A prevalência de aprendizado fora do ambiente acadêmico (Gráfico 7) reforça o distanciamento entre teoria e prática (Lusardi & Messy, 2023), enquanto a insegurança em relação aos investimentos (Gráfico 8) se conecta à ausência de registros formais, como apontado por Dias e Silva (2023).

Do ponto de vista empresarial, 66,7% das empresas foram criadas a partir de 2020, confirmando o movimento de formalização durante a pandemia (Sebrae, 2022c). A ausência de plano de negócios em 52,4% dos casos e de demonstrações contábeis em 55,6% reflete práticas frágeis, já associadas à dificuldade de acesso a crédito e à alta mortalidade (Mendonça et al., 2024; Sebrae, 2023; Dias & Silva, 2023). Ainda que 55,6% utilizem o fluxo de caixa como principal ferramenta e 69,8% o façam mensalmente, uma parcela significativa permanece sem registros formais, mantendo controles simplificados (Dias & Silva, 2023). Além disso, a mistura de finanças pessoais e empresariais (27%) impacta a sustentabilidade (Corcino et al., 2022), e a baixa negociação com fornecedores aumenta a dependência de crédito caro (Canuto et al., 2025).

De forma integrada, os resultados confirmam que a literacia financeira dos MEIs permanece aquém do necessário para a consolidação de negócios sólidos. A literatura destaca que a educação financeira favorece planejamento e decisões de investimento (Silva & Camisassa, 2025), a falta de registros formais aumenta a vulnerabilidade (Mendonça et al., 2024), as lacunas em precificação reduzem a competitividade (Canuto et al., 2025) e rotinas incompletas de controle financeiro são comuns (Dias & Silva, 2023). Assim, observa-se que, mesmo com avanços pontuais, ainda predomina o uso parcial e fragmentado das ferramentas de gestão financeira entre microempreendedores brasileiros.

## 6. Conclusões

O presente estudo buscou analisar a possível lacuna entre a percepção e a prática da literacia financeira entre Microempreendedores Individuais (MEIs) atuantes no norte de Pernambuco. Os resultados revelaram um panorama marcado por contradições: de um lado, a afirmação de hábitos positivos de planejamento financeiro pessoal e certo conhecimento conceitual; de outro, a carência de práticas consistentes de gestão empresarial, sobretudo no que se refere ao controle contábil, à separação entre finanças pessoais e empresariais e ao domínio de noções mais avançadas de matemática financeira.

Constatou-se que a maioria dos MEIs da amostra declara adotar algum nível de planejamento de compras, orçamento e poupança, aspectos que sugerem maior consciência financeira quando comparados à média nacional apontada por estudos da OECD (2023) e do Banco Central (2021). Contudo, a ausência de práticas regulares de investimento e a baixa resiliência frente a emergências financeiras limita a efetividade dessas ações no âmbito empresarial. Essa distância entre percepção e prática fragiliza a gestão financeira e explica, em parte, a vulnerabilidade dos negócios.

Essa dualidade reforça o argumento de que a literacia financeira, quando presente, contribui para a gestão eficiente dos recursos, mas que sua ausência ou incompletude ainda é um obstáculo relevante para o crescimento dos microempreendimentos (Zaimovic et al., 2023; Silva & Camisassa, 2025).

No campo empresarial, verificou-se que a maioria dos empreendimentos foi criada após 2020, período marcado pela pandemia de Covid-19, o que corrobora a tendência nacional de formalização de MEIs como alternativa de geração de renda (Sebrae, 2023). Entretanto, a falta de elaboração de plano de negócios e a reduzida utilização de ferramentas contábeis estruturadas confirmam a vulnerabilidade dos negócios por necessidade, frequentemente caracterizados por baixa profissionalização da gestão. Além disso, a mistura entre contas pessoais e empresariais relatada por parte significativa dos respondentes reflete um dos principais entraves à consolidação financeira dessas empresas, corroborando a literatura que aponta essa prática como fator crítico para a mortalidade precoce dos pequenos negócios (Dias & Silva, 2023).

Os resultados devem ser interpretados com cautela, pois pode haver viés de deseabilidade social, em que os respondentes relatam comportamentos considerados financeiramente responsáveis, mas não necessariamente praticados.

Assim, este estudo conclui que, embora haja interesse dos MEIs em aprimorar sua gestão financeira e afirmação de comportamentos pessoais positivos, a literacia financeira ainda é aplicada de forma fragmentada e insuficiente para assegurar rotinas sólidas de gestão. Ainda persistem lacunas significativas que precisam ser preenchidas por meio de iniciativas de educação financeira mais contextualizadas, acessíveis e aplicáveis à realidade dos microempreendedores e MEIs.

Em termos práticos, os achados desta pesquisa reforçam a necessidade de ações integradas entre instituições de ensino, órgãos governamentais e entidades de apoio ao empreendedorismo para ampliar a capacitação financeira contextualizada e aplicável. Tais ações devem priorizar temas como precificação, fluxo de caixa, capital de giro e negociação

com fornecedores, além de estimular a adoção de hábitos financeiros saudáveis também no âmbito pessoal. Futuras pesquisas devem incluir outros municípios e setores, comparar MEIs e microempresas, e adotar estudos qualitativos para ampliar a compreensão da lacuna entre percepção e prática da literacia financeira.

## Referências

Almeida, M. O. S. R. de. (2019). *Literacia financeira e empreendedorismo: Análise dos empreendedores portugueses* [Dissertação de mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/19557>

Banco Central do Brasil. (2021). *Relatório de cidadania financeira: Período 2018–2020*. Banco Central do Brasil. [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/rif/relatorio\\_de\\_cidadania\\_financeira\\_2021.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/rif/relatorio_de_cidadania_financeira_2021.pdf)

Banco do Brasil. (s.d.). *Microempreendedor individual (MEI)*. Banco do Brasil. <https://www.bb.com.br/site/pro-seu-negocio/microempreendedor-individual/>

Binda, G. A. (2021). *A influência da educação financeira para microempreendedores individuais em Aimorés/MG* [TCC, Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Aimorés]. Repositório IFES. <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1205>

Caixa Econômica Federal. (2024). *Pacote digital PJ MEI*. Caixa Econômica Federal. <https://caixanoticias.caixa.gov.br/Paginas/Not%C3%ADcias/2024/07-JULHO/CAIXA%20lanca%20pacote%20digital%20para%20microempreendedores%20individuais.aspx>

Caixa Econômica Federal. (s.d.). *Microempreendedor individual (MEI)*. Caixa Econômica Federal. <https://www.caixa.gov.br/empresa/mei/Paginas/default.aspx>

Calcagno, R., Finaldi Russo, P., Galotto, L., & Quas, A. (2024). *Financial literacy of micro-entrepreneurs and access to credit* (Occasional Paper No. 853). Bank of Italy. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4924947>

Canuto, A. L. de L., Fernandes, A. P. L. M., Cordeiro, N. L. da S., Silva, E. dos S., Amorim, L. S. de, Bellini, E. C. de O., & Pereira, D. J. de S. (2025). *A importância da educação financeira para microempreendedores individuais*. Aracê – Revista de Educação e Ciências Humanas, 7(4), 19372–19387. <https://doi.org/10.56238/arev7n4-215>

Corcino, K. F., da Silva, F. A., Machado, M. J. O., da Silva, T. F. C., & Dutra, J. T. de O. (2022). Impacto da educação financeira na motivação empreendedora de micros e pequenos empreendedores em Camaragibe-PE. *Research, Society and Development*, 11(17),

e26111738418. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38418>

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2019). *CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro*. Conselho Federal de Contabilidade. <https://www.cpc.org.br>

Corcino, K. F. da Silva, F. A., Machado, M. J. O., da Silva, T. F. C. Dutra, J. T. de O. (2022). *Impacto da educação financeira na motivação empreendedora de micros e pequenos empreendedores em Camaragibe-PE*. *Research, Society and Development*, 11(17), e26111738418. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38418>

Daskalakis, N. (2025). *Assessing the relative financial literacy levels of micro and small entrepreneurs: Preliminary evidence from 13 countries*. *Journal of Risk and Financial Management*, 18(5), 283. <https://doi.org/10.3390/jrfm18050283>

Degliesposti, E. H. B. (2024). *Estudos positivistas em literacia financeira: Uma análise das hipóteses à luz de Popper*. *Management in Perspective*, 5(3), 100–113. <https://doi.org/10.14393/MIP-v5n3-2024-71915>

Dias, M. R., & Olguin, M. (2024). Literacia financeira e suas dimensões: aspectos matemáticos e econômicos para o cotidiano. *Revista de Educação Matemática*, 14(2), 115–133.

Dias, E., & Silva, G. A. (2023). *A aplicação da educação e gestão financeira nas microempresas e empresas de pequeno porte*. *Revista Foco*, 16(11), e3657. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n11-131>

Figueiredo, A. L. de C., Lima, C. L., Silva, F. J. C. da, & Andrade, J. N. T. (2023). Desafios das micro e pequenas empresas no Brasil: Uma análise sobre o papel do gestor. *Id on Line Revista de Psicologia*, 17(65), 480–488. <https://doi.org/10.14295/idonline.v17i65.3717>

Finaldi Russo, P., Galotto, L., & Rampazzi, C. (2022). *The financial literacy of micro-entrepreneurs: Evidence from Italy* (Occasional Paper No. 727). Bank of Italy. [https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni/qef/2022-0727/QEF\\_727\\_22.pdf](https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni/qef/2022-0727/QEF_727_22.pdf)

Global Entrepreneurship Monitor. (2022). *Empreendedorismo no Brasil: Relatório nacional 2022* (Relatório executivo). Curitiba: Sebrae/ANEGEPE. <https://pr.agenciaSebrae.com.br/wp-content/uploads/sites/16/2023/05/Pesquisa-GEM-Final.pdf>

Graczkowski, J. V., & Pereira, A. W. S. V. (2021). Política pública de formação para o trabalho: O papel da educação profissional e tecnológica na relação entre educação e geração de renda, à luz da teoria do capital humano. In A. Stadler & C. E. A. Limas (Orgs.), *Administração contemporânea* (2ª ed., pp. 72–89). ZH4.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Estatísticas de empreendedorismo*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021). *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio.html>

Klapper, L., Lusardi, A., & Van Oudheusden, P. (2015). Educação financeira em todo o mundo. Banco Mundial. Washington DC: Banco Mundial, 2, 218-237.

Louzada, S. V., & Forte, D. (2024). *Explorando as tendências em literacia financeira e o papel das características cognitivas na educação financeira: uma análise bibliométrica (2013–2023)*. Caderno Pedagógico, 21(12), e10232. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n12-035>

Lusardi, A., & Messy, F.-A. (2023). *The importance of financial literacy and its impact on financial wellbeing*. Journal of Financial Literacy and Wellbeing, 1(1), 1–11. <https://doi.org/10.1017/flw.2023.8>

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2023). *The importance of financial literacy: Opening a new field*. Journal of Economic Perspectives, 37(4), 137–154. <https://doi.org/10.1257/jep.37.4.137>

Mendonça, J. S., Silva, M. A., Silva, E. M., Ramos, J. E. S., & Borba, M. C. (2024). *Educação financeira na gestão empresarial: Um estudo sobre as micro e pequenas empresas no centro comercial de Parauapebas/PA*. REMIPE – Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco, 10(2), 285–305. <https://doi.org/10.21574/remipe.v10i2.472>

Molosiwa, T., & Holland, J. (2025). *The impact of financial literacy on the performance of Small and Medium-sized Enterprises (SMEs): A review of literature*. International Journal of Research in Business and Social Science, 14(3), 320–332. <https://doi.org/10.20525/ijrbs.v14i3.4157>

Negri, M. C., Silva, S. D., & Mendes, I. (2023). *Educação financeira e o comportamento do consumidor*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE), 9(2), 747–759. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i2.8525>

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2023). *International survey of adult financial literacy competencies*. Paris: OECD. <https://www.oecd.org/finance/financial-education/>

Porter, M. E. (2008). *Las cinco fuerzas competitivas que le dan forma a la estrategia*. Harvard Business Review, 86(1), 58–77.

Ricci, O., & Santilli, G. (2024). *Exploring the link between financial literacy and business interruption insurance: Evidence from Italian micro-enterprises*. The Geneva Papers on Risk and Insurance – Issues and Practice, 49(4), 663–681. <https://doi.org/10.1057/s41288-024-00312>

Rizki, A., & Hendarman, A. F. (2024). *Empowering financial and digital literacy to build resilience of MSMEs: Proposed implementation in Bandung City*. International Journal of Current Science Research and Review, 7(10), 7581–7596. <https://doi.org/10.47191/ijcsrr/V7-i10-14>

Santos, A. B. dos, Santos, C. S. E. dos, & Costa, D. H. (2022). *Os desafios do microempreendedor: uma análise pós pandemia do Covid-19*. E-Acadêmica, 3(2), e3132169. <https://doi.org/10.52076/eacad-v3i2.169>

Senacon/MJ. (2021). *Nota Técnica nº 22/2021/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ: Harmonização e fortalecimento da relação entre consumidores e pequenas empresas*. Ministério da Justiça e Segurança Pública. [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/consumidor/notas-tecnicas/anexos/Nota\\_Tcnica\\_222021MPes.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/consumidor/notas-tecnicas/anexos/Nota_Tcnica_222021MPes.pdf)

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2022a). *Anuário do trabalho nos pequenos negócios 2022*. Brasília: Sebrae. <https://Sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Imagens%20SebraeNA/Arquivo%20pesquisas.pdf>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2022b). *Atlas dos pequenos negócios*. Brasília: Sebrae. <https://Sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Sebrae50mais50/>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2022c). *Formalização do MEI pode ser alternativa diante da crise da Covid-19*. Sebrae. <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/formalizacao-do-mei-pode-ser-alternativa-diante-da-crise-da-covid-19,f61ecc3cf7402710VgnVCM1000004c00210aRCRD>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2023). *Perfil do microempreendedor individual no Brasil*. Brasília: Sebrae. <https://Sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-perfil-do-mei-no-brasil,939b4c36e25f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2025). *Guia Prático do MEI - Como aproveitar as tendências de 2025 no seu negócio*. Brasília: Sebrae. <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/mei/jornadamei/guia-pratico-do-mei-como-aproveitar-as-tendencias-de-2025-no-seu-negocio,8ba0ef41b5ce6910VgnVCM1000001b00320aRCRD>

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). (2023). *Cursos livres e técnicos para empreendedores*. O Senac EAD. <https://www.ead.senac.br/cursos-empreendedorismo/>

Silva, A. H. da, & Camisassa, L. (2025). *O impacto da educação financeira na sustentabilidade das micro e pequenas empresas*. Revista FT, 29(147), 15–16. <https://doi.org/10.69849/revistaft/c110202506182215>

Silva, I. (2022). *Relação entre literacia financeira e decisões empresariais de curto prazo: estudo com proprietários/gerentes de pequenos negócios do setor terciário da região Nordeste do Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Presbiteriana Mackenzie]. Repositório Institucional Mackenzie. <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/29528>

Silva, I., Forte, D., & Oliveira, S. F. (2022). Relação entre literacia financeira, variáveis demográficas e decisões financeiras: Um estudo com gestores de pequenos negócios empresariais do setor terciário da região Nordeste do Brasil. *Anais do SemeAd – Seminários em Administração*, 25.

Silva, J. G. F., & Andrade, V. H. M. (2021). Gestão empresarial: Um estudo sobre o microempreendedor individual do setor de comércio do município de São Mateus-ES. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 11(2), 59–84. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2236-417X.2021v11n2.54968>

Zaimovic, A., Torlakovic, A., Arnaut-Berilo, A., Zaimovic, T., Dedovic, L., & Nuhic Meskovic, M. (2023). *Mapping Financial Literacy: A Systematic Literature Review of Determinants and Recent Trends*. *Sustainability*, 15(12), 9358. <https://doi.org/10.3390/su15129358>